

Furtado prevê nova ordem em dois anos

TARCÍSIO HOLANDA
Da Editoria de Política

Oeconomista Celso Furtado, agora entregue à tarefa de implantar uma política cultural adequada aos interesses do Brasil, voltou de sua missão como embaixador junto ao Mercado Comum Europeu, em Bruxelas, informando de que a atual e iníqua ordem econômica internacional sofrerá significativas transformações dentro de, no máximo, dois anos.

Esta importante revelação do ministro da Cultura foi dada quando ele se referia, impressionado, a recente relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) sobre o desempenho econômico da América Latina em 1985. A instituição mostra que esta região subdesenvolvida do mundo transferiu para as economias centrais, nos últimos quatro anos, mais de 100 bilhões de dólares.

Furtado fez essa revelação quando um jornalista lhe lembrava opinião do ex-embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Diego Asencio, segundo a qual não haveria modificação na ordem econômica internacional antes de 10 anos face às naturais resistências do próprio sistema em promover mudanças de vulto.

O ex-ministro do Planejamento mostrava-se informado a respeito desse relatório do BID, cujo resumo alguns jornais brasileiros publicam, revelando que todo o superávit das exportações latino-americanas foi absorvido pelas ricas economias centrais a título de desembolso de juros e serviço da dívida pelos devedores.

Só o Brasil ficava em posição razoavelmente destacada nesse contexto dramático, pois nosso país cresceu 8 por cento no ano passado, enquanto os demais países sustentava-

vam taxas de incremento econômico inferiores às de seu aumento populacional. Uma verdadeira bomba de efeito retardado que poderá inviabilizar a desmilitarização das instituições políticas de vários países do continente. Interrumpendo seus projetos democráticos com os conhecidos pronunciamentos.

A situação brasileira, com todas as esperanças suscitadas pelo pacote, não é assim tão folgada, uma vez que continuamos estranhamente transformados em país exportador de capitais para as mais ricas economias do mundo, através de uma transferência anual de 12 bilhões de dólares.

Esta sangria desatada reduz drasticamente a nossa poupança interna e o nível de investimentos. Os banqueiros estrangeiros, ainda que preocupados com o espectro da insolvência generalizada, dão-se por satisfeitos com o recebimento anual de toda essa bagatela que concorre para conservar o impasse brasileiro.

Celso Furtado está convencido de que as mudanças necessárias na ordem econômica internacional ainda não ocorreram em face da grande resistência oposta pelos banqueiros internacionais. Mas o conhecido economista tem elementos de convicção para assegurar que, antes de dois anos, o mundo conhecerá essas transformações tão reclamadas.

Até hoje, o Brasil recusou-se a tratar a dívida externa com padrões meramente técnicos, como sempre exigiram nossos credores – pelo menos desde a Nova República. Mas, se conseguiu impedir a continuação do monitoramento humilhante de nossas contas pelo FMI, o Governo Sarney ainda não ousou dar passos deci-

sivos no sentido de impor à negociação nível eminentemente político.

Estamos ajudando os banqueiros a protagonizarem uma comédia, mesmo porque eles sabem mais do que nós outros, pobres devedores, que a dívida externa do Terceiro Mundo, tal como se coloca, é absolutamente impagável. O Governo Sarney obteve alguns trunfos, como a suspensão do monitoramento e a baixa do "spread", mas precisa caminhar mais resolutamente no sentido de obter maiores vantagens, inclusive políticas, sob pena de perder o bonde da história.

MERCADO COMUM

O ex-deputado, professor e jurista Ferro Costa, novo diretor jurídico da Itaipu Binacional – para onde leva seus compromissos de humanista – é também um grande estudioso dos problemas políticos e econômicos da América Latina e um veterano defensor de uma política de aproximação do Brasil com esses países de lutas e histórias tão semelhantes às nossas.

Lamenta Ferro Costa que, até hoje, tenham fracassado todas as tentativas de criação de um mercado comum latino-americano. E está disposto a levar ao presidente José Sarney, seu amigo pessoal, um projeto que representa uma tentativa séria no sentido de se criar esse mercado comum, usando o Brasil como a grande catapultá, até porque representa o mais suculento mercado de todos.

Esse projeto consiste em instituir alíquota zero para produtos de países da América Latina no comércio bilateral com o Brasil, desde que a moeda convencional de troca seja o cruzado.